

## O Imperador e a moralidade administrativa

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA (\*)

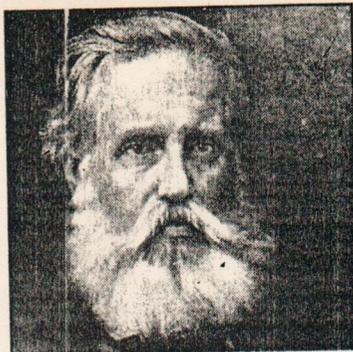
Há exatamente um século, 5 de dezembro de 1891, num modesto hotel de Paris, morria exilado e empobrecido, o Imperador D. Pedro 2º. Durante 49 anos ele dirigiu os destinos do Brasil, com uma honestidade e moralidade administrativa capaz de empalidecer a maioria da nossa classe política.

Neste centenário, muitos aspectos da vida do Imperador e do Império serão evocados. Sob D. Pedro organizaram-se os partidos — inclusive os republicanos; floresceu o regime parlamentarista — esse que andam querendo por aí; triunfou a ordem civil sobre a desordem militar; expandiram-se os institutos de pesquisa, a ciência e a tecnologia; remodelou-se e desenvolveu-se a economia; seguiu-se uma política exterior com firmeza de princípios, que consagrou o Brasil no concerto das nações. Foi a chamada “democracia coroada”, nos dizeres do ilustre embaixador Oliveira Lima.

Mas, para o Brasil de hoje, um dos aspectos mais impressionantes da vida de D. Pedro 2º, a destacar nesta data, é o rigor com que cuidou dos gastos públicos, em particular dos seus e de sua família. Um exemplo de extrema atualidade para os nossos políticos, dos executivos e legislativos federais, estaduais e municipais.

O salário ou a dotação do Imperador era de 800 contos de réis anuais, mantida igual durante todo o reinado, apesar de relativamente pequena. Nas várias vezes que o Parlamento propôs aumentá-la encontrou a resistência do Imperador, que declarou: “Tenho querido que todas as minhas despesas corram por conta da dotação. Desde que ela foi votada, jamais quis e nem quero que seja aumentada”.

Não parava por aí. Da sua dotação pessoal o Imperador financiou inúmeras atividades científicas, artísticas e humanitárias. Fazia questão de afirmar: “Nada devo e, quando contraio uma dívida, cuido lodo de pagá-la. A escrituração



Arquivo/AE

Pedro 2º: poucos gastos

de todas as despesas de minha Casa pode ser examinada a qualquer hora. Não junto dinheiro e julgo que o que recebo do Tesouro é para ser gasto com o Imperador. Quarenta anos de um tal procedimento devem ter criado hábitos que não se mudam facilmente”.

Infelizmente esses hábitos foram perdidos, salvo raríssimas exceções. Pior ainda, foram substituídos pela prática generalizada dos que buscam locupletar-se impunemente com o dinheiro público. Qual a solução? D. Pedro 2º, em carta à princesa Isabel, sugere um excelente antídoto: “E preciso ainda advertir que o verdadeiro corretivo dos ministros está na opinião pública manifestada pela imprensa...”. As sábias reflexões de D. Pedro à futura governante insistiam para que ela nunca indicasse ninguém para cargos públicos ou graças junto aos ministros. Ao contrário, aconselhava-a a manifestar claramente sua opinião oposta quando o bem público o exigisse. Agregando que: “Não se criam assim facilmente amigos, porém os obtidos por outra forma são pouco seguros e muito prejudicam os válidos”. No tocante à sua conduta pessoal agregava: “Com bem-entendida economia, e fugindo o mais possível do que é luxo, chega sempre o dinheiro para muito, e estou certo de que minha filha não quererá qualquer aumento do que recebe do Estado”.

Sobre as críticas inevitáveis da imprensa, que um dia a futura Im-

peratriz deveria enfrentar, D. Pedro aconselhava: “Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações... Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado de proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas maneio do desabafo partidário... O Imperador deve ser, como primeiro representante da Nação, o primeiro a respeitar e fazer respeitar”.

Como Império, o Brasil teve uma corte, mas esta nunca foi suntuosa, muito menos dissoluta como as várias e múltiplas que pululam hoje pelo Brasil. A corte foi “sempre singela e tão virtuosa quanto pode caber na fragilidade humana”, nos felizes dizeres de Oliveira Lima.

Um dos mais brilhantes textos sobre a figura de D. Pedro 2º foi escrito pelo republicano Monteiro Lobato, no momento em que epidemias — ainda bem que o cólera está sob controle — assolavam o Rio de Janeiro: “O fato de existir na cúspide da sociedade um símbolo vivo e ativo da Honestidade, do Equilíbrio, da Moderação, da Honra e do Dever bastava para inocular no país em formação o vírus das maiores virtudes cívicas. (...) O político visava o bem público, se não por determinismo de virtudes pessoais, pela influência catalítica da virtude imperial. (...) Ignorávamos isso na monarquia. Foi preciso que viesse a república, e que alijasse do trono a Força Catalítica para patentear-se bem claro um curioso fenômeno”.

Quem sabe o centenário da morte de D. Pedro 2º reacenda a luz do seu exemplo junto aos políticos e ao povo brasileiro. “Acabou a única República que existia na América: o Império do Brasil”. Essas foram as palavras de Rojas Paul, presidente da Venezuela, ao ter notícia da queda da monarquia brasileira. Cem anos depois podemos atestar que o luto começava, bem antes da sua morte!

(\*) Doutor em Ecologia, professor da USP e pesquisador da EMBRAPA